

☐ REQUERIMENTO Número /XII (.ª)

☒ PERGUNTA Número /XII (.ª)

Assunto: Violação dos direitos das crianças/exposição pública da criança em programa de televisão.

Destinatário: Ministro da Cultura

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

No dia 14 de janeiro de 2018, estreou na estação televisiva SIC, um programa designado de “Supernanny”.

Este programa, que já havia gerado polémica noutros países, criou uma onda de indignação na sociedade portuguesa, pois o mesmo expõe a imagem de crianças, seus comportamentos no seio familiar e as suas relações familiares. Numa palavra: devassa a vida de crianças que, naturalmente, encontram-se nesta situação de exposição e fragilidade emocional apenas por decisão de outrem, neste caso as mães e os pais, vendo as suas emoções exploradas para fins comerciais ou, dito de outra forma, de audiência.

Para agravar ainda mais a situação, não foi utilizado qualquer tipo de filtro para disfarçar a identidade da criança nem da mãe, tendo, antes, sido mesmo identificada a casa de morada da família e o local de trabalho da mãe.

Os efeitos nefastos no desenvolvimento das crianças que foram levadas a participar no referido programa fazem-se sentir já hoje e propagarão os seus efeitos durante um tempo que não é mensurável. A violência desta exposição far-se-á sentir em cada caso concreto de forma diversa.

Como seria de esperar, a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ) já emitiu comunicado a expressar preocupação e a afirmar que o formato do programa revela um “conteúdo manifestamente contrário ao superior da criança, podendo produzir efeitos nefastos na sua personalidade, imediatos e a prazo”.

Igualmente, a UNICEF Portugal e o Instituto de Apoio à Criança (IAC) também se pronunciaram emitindo comunicados onde se constata os sérios prejuízos à imagem da criança vítima da exposição pública, considerando aquele instituto que o programa incorreu na violação do direito da criança à sua imagem e à intimidade da sua vida privada.

No plano legal, o artigo 4º, alínea b) da Lei n.º 147/99, de 01 de Setembro dispõe, sobre a epígrafe privacidade, que “a promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem deve ser efetuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada”. Também o artigo 16º da Convenção sobre os Direitos da Criança determina o direito à proteção da vida privada, tendo a criança o direito de ser protegida contra intromissões na sua vida privada, na sua família, residência e correspondência, e contra ofensas ilegais à sua honra e reputação.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Cultura, a seguinte pergunta:

1. Se o governo considera que a situação relatada configura uma violação dos direitos criança?
2. Pondera o Governo, através do Ministério da Cultura, recomendar a observância do artigo 4º da lei 147/99 e do artigo 16º da Convenção sobre os Direitos da Criança, em todas as situações de utilização e difusão da imagem, história de vida ou identidade das crianças (independentemente da existência de autorização dos representantes legais das mesmas)?

Palácio de São Bento, 17 de janeiro de 2018.

A/O deputada/o

Sandra Cunha

Jorge Campos